

Banco Randon S.A.

Demonstrações contábeis
consolidadas do conglomerado
Prudencial em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000
Fax 55 (51) 3303-6001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela administração do Banco Randon S.A., de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Outros Assuntos

O Banco Randon S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco do Central Brasil, sobre o qual emitimos relatórios de auditoria sem modificações, em 14 de março de 2016.

Porto Alegre, 16 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wladimir Omiechuk', written in a cursive style.

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		<u>368.102.683,32</u>	<u>372.483.322,58</u>	Circulante		<u>203.582.539,41</u>	<u>197.503.717,98</u>
Disponibilidades		<u>1.369.372,70</u>	<u>480.348,66</u>	Depósitos	11	<u>1.710.435,84</u>	<u>1.423.060,37</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	29.544.048,95	20.313.632,47	Depósitos a prazo		1.710.435,84	1.423.060,37
Aplicações no mercado aberto		29.544.048,95	20.313.632,47	Obrigações por empréstimos		<u>104.390.059,19</u>	<u>102.119.658,34</u>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>59.955.797,21</u>	<u>58.648.640,92</u>	Obrigações por empréstimos e repasses	12	104.352.881,43	102.063.891,70
Carteira própria		59.955.797,21	58.648.640,92	Empréstimos no país		37.177,76	55.766,64
Relações interfinanceiras		-	<u>28.538,85</u>	Outras obrigações		<u>97.482.044,38</u>	<u>93.960.999,27</u>
Créditos vinculados		-	28.538,85	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		163.014,62	131.155,87
Operações de crédito		<u>225.944.772,16</u>	<u>240.947.812,32</u>	Sociais e estatutárias	13	20.054.005,00	18.044.384,26
Setor privado	6a	230.432.805,37	243.765.204,30	Fiscais e previdenciárias		7.485.892,06	6.471.641,73
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(4.488.033,21)	(2.817.391,98)	Outras obrigações - diversas	14	15.238.777,46	13.228.801,24
Outros créditos		<u>50.963.130,84</u>	<u>51.886.000,35</u>	Recursos pendentes de recebimento		46.812.181,35	48.831.323,59
Rendas a receber		72.421,22	114.193,07	Recursos não procurados		7.728.173,89	7.253.692,58
Recursos pendentes de recebimento	7	46.812.181,35	48.831.323,59	Exigível a longo prazo		<u>256.160.098,67</u>	<u>309.965.074,76</u>
Outros créditos diversos	8	4.078.528,27	3.262.727,37	Depósitos	11	<u>16.293.883,86</u>	<u>30.411.514,87</u>
(-) Provisão com outros créditos	8	-	(322.243,68)	Depósitos a prazo		16.293.883,86	30.411.514,87
Outros valores e bens		<u>325.561,46</u>	<u>178.349,01</u>	Obrigações por empréstimos		<u>164.170.930,01</u>	<u>212.718.738,49</u>
Despesas antecipadas		325.561,46	178.349,01	Empréstimos no país - instituições oficiais	12	164.170.930,01	212.718.738,49
Realizável a longo prazo		<u>228.017.717,63</u>	<u>267.285.854,51</u>	Outras obrigações		<u>75.695.284,80</u>	<u>66.834.821,40</u>
Operações de crédito		<u>177.420.409,20</u>	<u>216.582.325,23</u>	Outras obrigações - diversas	14	75.695.284,80	66.834.821,40
Setor privado	6a	180.772.215,79	219.272.475,79	Resultado de exercícios futuros		<u>1.027.322,88</u>	<u>780.608,56</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(3.351.806,59)	(2.690.150,56)	Resultado de exercícios futuros	16	1.027.322,88	780.608,56
Outros créditos		<u>50.032.051,75</u>	<u>50.020.660,21</u>	Participação de não controladores		<u>52.327.278,25</u>	<u>52.339.306,75</u>
Outros créditos diversos	8	12.140.024,65	9.311.644,13	Patrimônio líquido		<u>84.631.376,68</u>	<u>81.174.116,42</u>
Pagamentos a ressarcir		55.622.589,33	53.091.949,04	Capital			
(-) Provisão com pagamentos a ressarcir		(17.730.562,23)	(12.382.932,96)	De domiciliados no país	17a	75.000.000,00	75.000.000,00
Outros valores e bens		<u>565.256,68</u>	<u>682.869,07</u>	Reservas de lucros		9.630.331,68	6.170.995,22
Despesas antecipadas		451.711,29	602.277,69	Ajustes de avaliação patrimonial		1.045,00	3.121,20
Outros valores e bens		113.545,39	80.591,38	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>597.728.615,89</u>	<u>641.762.824,47</u>
Permanente		<u>1.608.214,94</u>	<u>1.993.647,38</u>				
Investimentos		<u>29.016,18</u>	<u>32.115,27</u>				
Imobilizado de uso	10	<u>715.973,10</u>	<u>823.102,67</u>				
Imobilizado de uso		2.294.073,66	2.186.893,31				
Depreciações acumuladas		(1.578.100,56)	(1.363.790,64)				
Intangível	10	<u>863.225,66</u>	<u>1.138.429,44</u>				
Intangível		5.444.076,93	5.378.200,81				
Amortizações acumuladas		(4.580.851,27)	(4.239.771,37)				
Total do ativo		<u>597.728.615,89</u>	<u>641.762.824,47</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Nota	2015	2014
Receitas da intermediação financeira		<u>49.572.971,47</u>	<u>42.272.489,09</u>
Operações de crédito		41.399.817,87	35.605.691,73
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		8.173.153,60	6.666.797,36
Despesas da intermediação financeira		<u>(24.532.513,81)</u>	<u>(18.933.552,93)</u>
Operações de captação no mercado		(10.986.161,40)	(9.732.800,81)
Operações de empréstimos e repasses		(8.200.597,65)	(5.492.790,15)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.345.754,76)	(3.707.961,97)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>25.040.457,66</u>	<u>23.338.936,16</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>9.339.800,14</u>	<u>8.542.139,11</u>
Receitas de prestação de serviços		108.306.928,09	102.739.128,82
Rendas de tarifas bancárias		928.364,02	1.311.859,57
Despesas de pessoal		(18.838.389,13)	(17.893.842,13)
Outras despesas administrativas	20	(64.725.058,46)	(66.129.746,17)
Despesas tributárias		(13.905.889,09)	(13.049.682,44)
Outras receitas operacionais	21	4.085.631,95	4.504.167,36
Outras despesas operacionais	21	(6.511.787,24)	(2.939.745,90)
Resultado operacional		<u>34.380.257,80</u>	<u>31.881.075,27</u>
Resultado não operacional		(10.000,00)	34.270,68
Resultado antes da tributação sobre o lucro	18	<u>34.370.257,80</u>	<u>31.915.345,95</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(11.463.611,25)</u>	<u>(11.090.439,93)</u>
Provisão para imposto de renda	18	(10.782.658,24)	(8.929.466,50)
Provisão para contribuição social	18	(5.276.172,01)	(4.255.324,56)
Impostos diferidos	18	4.595.219,00	2.094.351,13
Lucro líquido do exercício		<u><u>22.906.646,55</u></u>	<u><u>20.824.906,02</u></u>
Quantidade de ações do capital social		79.646.442	79.646.442
Lucro líquido por ação		0,288	0,261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Capital social	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Reserva geral de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>75.000.000,00</u>	<u>92.025,20</u>	<u>1.311.359,16</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76.403.384,36</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.367.258,75	6.367.258,75
Dividendos complementares AGOE 14/04/2014	-	-	(87.423,94)	-	(1.512.223,95)	(1.599.647,89)
Destinações:						
Reserva legal	-	318.362,94	-	-	(318.362,94)	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.536.671,86	-	(4.536.671,86)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	3.121,20	-	3.121,20
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>75.000.000,00</u>	<u>410.388,14</u>	<u>5.760.607,08</u>	<u>3.121,20</u>	<u>-</u>	<u>81.174.116,42</u>
<i>Mutações do exercício</i>	<u>-</u>	<u>318.362,94</u>	<u>4.449.247,92</u>	<u>3.121,20</u>	<u>-</u>	<u>4.770.732,06</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>75.000.000,00</u>	<u>410.388,14</u>	<u>5.760.607,08</u>	<u>3.121,20</u>	<u>-</u>	<u>81.174.116,42</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.520.079,23	6.520.079,23
Dividendos	-	-	-	-	(1.548.518,82)	(1.548.518,82)
Dividendos complementares AGO 15/04/2015	-	-	(1.512.223,95)	-	-	(1.512.223,95)
Destinação:						
Reserva legal	-	326.003,96	-	-	(326.003,96)	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.645.556,45	-	(4.645.556,45)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2.076,20)	-	(2.076,20)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>75.000.000,00</u>	<u>736.392,10</u>	<u>8.893.939,58</u>	<u>1.045,00</u>	<u>-</u>	<u>84.631.376,68</u>
<i>Mutações do exercício</i>	<u>-</u>	<u>326.003,96</u>	<u>3.133.332,50</u>	<u>(2.076,20)</u>	<u>-</u>	<u>3.457.260,26</u>
Saldos em 1º de julho de 2015	<u>75.000.000,00</u>	<u>410.388,14</u>	<u>4.248.383,13</u>	<u>3.121,20</u>	<u>2.843.690,74</u>	<u>82.505.583,21</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.676.388,49	3.676.388,49
Dividendos	-	-	-	-	(1.548.518,82)	(1.548.518,82)
Destinações:						
Reserva legal	-	326.003,96	-	-	(326.003,96)	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.645.556,45	-	(4.645.556,45)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2.076,20)	-	(2.076,20)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>75.000.000,00</u>	<u>736.392,10</u>	<u>8.893.939,58</u>	<u>1.045,00</u>	<u>-</u>	<u>84.631.376,68</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>326.003,96</u>	<u>4.645.556,45</u>	<u>(2.076,20)</u>	<u>(2.843.690,74)</u>	<u>2.125.793,47</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.906.646,55	20.824.906,02
Ajustes ao resultado:		
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	2.332.297,26	3.350.902,75
Constituição de provisão para contingências	50.000,00	-
Depreciações e amortizações	559.897,94	587.374,53
Provisão / reversões de comissões	(308.824,95)	1.605.548,18
Provisão para perda com empréstimos	5.347.629,27	2.209.298,52
Provisão para perda com investimentos	210.533,64	200.960,97
Outras provisões operacionais	19.939,00	(958.663,58)
Custo dos ativos baixados	13.982,30	8.513,68
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.279.055,72	5.825.998,40
Juros sobre dívida subordinada	8.824.463,40	6.505.736,40
Lucro líquido ajustado	45.235.620,13	40.160.575,87
Variações nos ativos e passivos	(2.859.390,33)	(42.909.831,84)
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários	(1.307.156,29)	(16.773.402,07)
Redução em relações interfinanceiras	28.538,85	762.412,45
(Aumento) / Redução em operações de crédito	51.832.658,93	(118.219.565,94)
(Aumento) / Redução em outros créditos	153.257,57	(3.264.587,52)
(Aumento) / Redução em outros valores e bens	(239.133,70)	343.719,49
(Redução) / Aumento depósitos a prazo	(13.830.255,54)	21.518.444,70
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(46.258.818,75)	72.809.704,61
(Redução) / Aumento em outras obrigações	6.516.880,48	(404.616,96)
(Redução) / Aumento em resultados de exercícios futuros	246.714,32	325.252,02
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.076,20)	(7.192,62)
Caixa gerado (utilizado nas) operações	42.376.229,80	(2.749.255,97)
Impostos pagos sobre o lucro	(14.586.246,31)	(4.380.858,59)
Caixa gerado (utilizado nas) atividades operacionais	27.789.983,49	(7.130.114,56)
Alienação de imobilizado de uso	2.639,73	70.000,11
Aquisição de Imobilizado de uso	(180.488,70)	(549.437,25)
Aquisição de intangível	(10.598,83)	-
Caixa usado nas atividades de investimento	(188.447,80)	(479.437,14)
Dividendos pagos	(17.482.095,17)	(12.227.842,80)
Caixa usado nas atividades de financiamentos	(17.482.095,17)	(12.227.842,80)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.119.440,52	(19.837.394,50)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	20.793.981,13	40.631.375,63
No fim do exercício	30.913.421,65	20.793.981,13
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.119.440,52	(19.837.394,50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Administradora de Consórcio, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 16 de março de 2016.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da 1993. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

j. Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k. Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software, sistema de processamento de dados e sistema de comunicação) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear.

l. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m. Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

o. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

p. Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS

e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº 3.171/2002, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 18 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em dezembro de 2015.

q. Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

r. Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

É obtido através da divisão do lucro líquido do exercício pelo número de quotas na data base das demonstrações contábeis.

s. Estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As informações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

t. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida (Nota 24) com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

u. Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 24). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015	2014
Operações Compromissadas		
Até 30 dias		
Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional	29.544.048,95	20.313.632,47
	29.544.048,95	20.313.632,47

5 Títulos e valores mobiliários

	2015				2014	
	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Valores de mercado (contábil)	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)
Títulos para negociação						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	16.955.897,80	16.955.897,80	16.955.897,80	22.142.223,86
Fundos de investimento	5.819.659,61	-	-	5.819.659,61	5.819.659,61	4.567.672,79
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	9.574.274,39	-	9.574.274,39	9.574.274,39	8.813.671,09
Debêntures compromissadas		27.605.965,41	-	27.605.965,41	27.605.965,41	23.125.073,18
Total	5.819.659,61	37.180.239,80	16.955.897,80	59.955.797,21	59.955.797,21	58.648.640,92

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos investimentos em debêntures compromissadas é correspondente aos preços dos ativos divulgados por fontes externas como o site debentures.com. O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP – Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

6 Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são assim sumariadas:

a. Composição da carteira por modalidade

	2015		2014	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	26.210.829,04	6,37	11.850.465,39	2,56
Títulos descontados	2.191.230,45	0,53	7.763.127,32	1,68
Financiamentos (b)	382.802.961,67	93,10	443.424.087,38	95,76
Total	411.205.021,16	100,00	463.037.680,09	100,00
Circulante	230.432.805,37	56,04	243.765.204,30	52,64
Realizável a longo prazo	180.772.215,79	43,96	219.272.475,79	47,36
Total	411.205.021,16	100,00	463.037.680,09	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compror (Floor Plan).

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2015		2014	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	9.246.900,08	2,25	6.571.458,41	1,42
A vencer:				
Até 90 dias	120.804.610,63	29,38	143.959.695,85	31,09
De 91 até 360 dias	100.381.294,66	24,41	93.234.050,04	20,14
Acima de 361 dias	180.772.215,79	43,96	219.272.475,79	47,36
Total	401.958.121,08	97,75	456.466.221,68	98,59
Total	411.205.021,16	100,00	463.037.680,09	100,00
Provisão p/ créd. de liq.duvidosa-curto prazo	(4.488.033,21)	57,25	(2.817.391,98)	51,16
Provisão p/ créd. de liq.duvidosa-longo prazo	(3.351.806,59)	42,75	(2.690.150,56)	48,84
Total Provisão p/ créd. de liq. duvidosa	(7.839.839,80)	100,00	(5.507.542,54)	100,00
Total da carteira líquida	403.365.181,36		457.530.137,55	

c. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2015		2014	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	9.780.249,27	2,38	11.405.079,21	2,46
20 maiores devedores seguintes	101.930.495,88	24,79	106.317.557,79	22,96
Demais devedores	299.494.276,01	72,83	345.315.043,09	74,58
Total	411.205.021,16	100,00	463.037.680,09	100,00

d. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	2015		2014	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	11.920.239,89	-	20.802.313,60	-
A	0,50%	296.695.163,30	1.483.475,87	363.139.381,60	1.815.696,87
B	1,00%	56.586.042,20	565.860,50	60.799.803,10	607.998,19
C	3,00%	33.425.544,85	1.002.766,36	10.600.457,64	318.013,73
D	10,00%	4.921.551,85	492.155,16	4.763.805,13	476.380,52
E	30,00%	4.444.386,41	1.333.315,93	184.038,17	55.211,47
F	50,00%	32.025,59	16.012,80	930.735,58	465.367,80
G	70,00%	779.379,69	545.565,80	160.904,37	112.633,06
H	100,00%	2.400.687,38	2.400.687,38	1.656.240,90	1.656.240,90
Total		411.205.021,16	7.839.839,80	463.037.680,09	5.507.542,54

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015		2014
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	6.862.684,08	5.507.542,54	2.156.639,79
Constituição de provisão	4.722.685,87	10.629.096,66	8.761.085,45
Reversão de provisão	(5.076.834,97)	(11.349.691,22)	(5.053.123,48)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	1.331.304,82	3.052.891,82	(357.059,22)
Saldo final	7.839.839,80	7.839.839,80	5.507.542,54

(a) Os crédito baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na nota 3.f.

e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador

	2015		2014	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	376.812.082,32	91,64	429.877.234,41	92,84
Operações pós-fixadas	34.392.938,84	8,36	33.160.445,68	7,16
Total	411.205.021,16	100,00	463.037.680,09	100,00

f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente

	2015		2014	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	19.579.163,04	4,76	22.339.142,50	4,82
Comércio	104.181.131,42	25,34	114.072.825,23	24,64
Serviços	286.132.468,66	69,58	325.600.146,46	70,32
Pessoa jurídica	409.892.763,12	99,68	462.012.114,19	99,78
Pessoa física	1.312.258,04	0,32	1.025.565,90	0,22
Total	411.205.021,16	100,00	463.037.680,09	100,00

g. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 119.760,00.

h. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram renegociadas o equivalente a R\$ 38.393.215,71 (R\$ 20.142.206,08 em 2014).

7 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/2009, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

8 Outros créditos diversos e provisão com outros créditos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 18)	14.747.702,71	10.151.097,34
Adiantamentos diversos (a)	46.977,36	43.187,73
Devedores diversos(b)	600.082,46	1.140.376,55
Direitos por adiantamentos a terceiros (c)	501.129,90	784.137,15
Depósitos judiciais	19.202,25	19.202,25
Ativos atuariais	-	452,00
Adiantamentos e antecipações salariais (d)	303.458,24	113.674,80
Total	<u>16.218.552,92</u>	<u>12.252.127,82</u>
(-) Circulante	<u>(4.078.528,27)</u>	<u>(2.940.483,69)</u>
Total realizável a longo prazo	<u>12.140.024,65</u>	<u>9.311.644,13</u>

- (a) O saldo de adiantamentos diversos refere-se aos adiantamentos de viagens e adiantamentos a fornecedores;
- (b) O valor de devedores diversos refere-se principalmente: a adiantamentos de comissões a franquias e grupos e a adiantamentos de viagens;
- (c) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.047/2002, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. O valor também é apresentado na nota explicativa nº 14 d (Outras obrigações por adiantamento de terceiros).
- (d) O valor de adiantamentos e antecipações salariais refere-se basicamente aos adiantamentos de férias.

9 Pagamentos a ressarcir - Administradora

Estão assim representados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Empréstimos a grupos encerrados (a)	27.890.480,43	27.731.759,58
Cotas adquiridas de grupos em andamento (b)	27.732.108,90	25.360.189,46
Total	<u>55.622.589,33</u>	<u>53.091.949,04</u>
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)	<u>(17.730.562,23)</u>	<u>(12.382.932,96)</u>
Total	<u>37.892.027,10</u>	<u>40.709.016,08</u>

a. Empréstimos a grupos e provisão para perdas com empréstimos a grupos encerrados

Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perdas constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos através da análise da situação financeira dos grupos que tomadores.

b. Cotas de consórcio

Referem-se a cotas de consórcio dos grupos de imóveis e outros bens, administrados pela própria Administradora. Em dezembro de 2015 e 2014 os saldos em aberto estavam compostos por investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento (bem)	2015	2014
Bens Imóveis	11.250.877,57	10.891.589,51
Bens Móveis	16.481.231,33	14.468.599,95
Total	27.732.108,90	25.360.189,46

Os valores referem-se a investimentos em grupos de imóveis e em grupos de bens móveis, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus.

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

10 Imobilizado de uso e intangível

	2015			2014	Taxas anuais médias de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso					
Móveis e utensílios e instalações	915.055,95	(643.413,89)	271.642,06	315.938,02	8,6 a 10
Equipamentos de informática	1.104.199,61	(835.982,44)	268.217,17	280.041,46	15,1 a 20
Sistemas de transporte	235.300,00	(80.767,83)	154.532,17	201.591,81	10 a 20
Outras imobilizações	39.518,10	(17.936,40)	21.581,70	25.531,38	10 a 20
Total	2.294.073,66	(1.578.100,56)	715.973,10	823.102,67	
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	5.139.969,88	(4.371.040,76)	768.929,12	1.011.971,24	15,3
Sistema de comunicação	10.776,59	-	10.776,59	10.776,59	-
Software e licença de uso	293.330,46	(209.810,51)	83.519,95	115.681,61	20
Total	5.444.076,93	(4.580.851,27)	863.225,66	1.138.429,44	
Total imobilizado de uso e intangível	7.738.150,59	(6.158.951,83)	1.579.198,76	1.961.532,11	

11 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 35% a 99% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2015				2014	
	Circulante	Realizável a longo prazo			Total	Total
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Depósitos a prazo	1.710.435,84	11.669.886,19	2.621.270,99	2.002.726,68	18.004.319,70	31.834.575,24
Total	1.710.435,84	11.669.886,19	2.621.270,99	2.002.726,68	18.004.319,70	31.834.575,24

12 Obrigações por empréstimos e repasses

	2015			2014	
	Circulante		Realizável a longo prazo	Total	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses		
Repasses no País – Finame	27.686.061,32	76.666.820,11	164.170.930,01	268.523.811,44	314.782.630,19
Total	27.686.061,32	76.666.820,11	164.170.930,01	268.523.811,44	314.782.630,19

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2020. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.

13 Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.071.804,58	4.266.595,05
Provisão para impostos e contribuições diferidos	304,65	340,58
Impostos e contribuições a recolher	2.413.782,83	2.204.706,10
Total	7.485.892,06	6.471.641,73

14 Outras Obrigações - Diversas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	2.393.849,66	2.324.292,79
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	50.000,00	-
Credores diversos - país	267.906,76	903.745,75
Saldo remanescente de grupos a pagar (b)	6.133.374,83	3.919.403,71
Provisões diversas (c)	5.347.707,89	5.099.845,81
Fornecedores	287.937,52	152.443,80
Obrigações por adiantamentos a terceiros (d)	501.129,90	784.137,15
Outros débitos	256.870,90	44.932,23
Total circulante	<u>15.238.777,46</u>	<u>13.228.801,24</u>
Realizável a longo prazo		
Provisão para contingências (Nota 15)	165.000,00	129.000,00
Dívida subordinada elegível a capital (e)	75.530.284,80	66.705.821,40
Total realizável a longo prazo	<u>75.695.284,80</u>	<u>66.834.821,40</u>
	<u><u>90.934.062,26</u></u>	<u><u>80.063.622,64</u></u>

- a) Referem-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar.
- b) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- c) Referem-se a provisão para comissões e outros gastos.
- d) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota explicativa nº 8 c.
- e) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000.000,00, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019.

15 Provisão para contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2015 as ações judiciais com perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

Natureza	2015		2014	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Trabalhista (*)	165.000,00	152.000,00	129.000,00	68.000,00
Tributário	-	57.169,00	-	49.267,00
Cível				
Danos morais	50.000,00	-	-	-
Revisional	-	1.000,00	-	-
Total	215.000,00	210.169,00	129.000,00	117.267,00

(*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

Movimentação da provisão para passivo contingentes

	2015	2014
Saldo inicial	149.000,00	100.000,00
Constituição (reversão) de provisão	66.000,00	29.000,00
Saldo final	215.000,00	129.000,00

16 Resultado de exercícios futuros

	2015	2014
Comissão por financiamento	<u>1.027.322,88</u>	780.608,56
Total	<u>1.027.322,88</u>	<u>780.608,56</u>

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor e Compror (Floor Plan), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 75.000.000,00, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

b. Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado nos Termos da Lei das Sociedades Anônimas de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição.

Em 28 de abril de 2015, foram pagos dividendos, aprovados na Assembléia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2015, relativos à data-base 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 3.024.447,90, sendo dividendos complementares R\$ 1.512.223,95.

Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	<u>6.520.079,23</u>	6.367.258,75
(-) Reserva legal	<u>(326.003,96)</u>	<u>(318.362,94)</u>
Base de cálculo dos dividendos	6.194.075,27	6.048.895,81
Dividendos limitados a 25% da base	<u>1.548.518,82</u>	<u>1.512.223,95</u>

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2015 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido.

d. Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240.000,00 no ano (R\$ 120.000,00 no semestre).

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	34.370.257,80	31.915.345,95
Encargos (IR e CS) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (Banco - 2015)	(4.135.280,43)	-
Encargos (IR e CS) à alíquota nominal de 25% e 15%, respectivamente (Banco - 2014)	-	(4.138.386,02)
Encargos (IR e CS) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente (Administradora)	(8.301.445,43)	(7.333.590,00)
Adições permanentes	(306.537,76)	(302.757,28)
Exclusões permanentes	699.045,85	530.695,01
Outros ajustes	<u>580.606,52</u>	<u>153.598,36</u>
Total	<u>(11.463.611,25)</u>	<u>(11.090.439,93)</u>
IRPJ e CSLL correntes	(16.058.830,25)	(13.184.791,06)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>4.595.219,00</u>	<u>2.094.351,13</u>
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(11.463.611,25)</u>	<u>(11.090.439,93)</u>

b. Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2014	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2014
Adições temporárias				
PCLD	1.116.836,94	3.647.257,87	(2.418.254,10)	2.345.840,71
Rendas Diferidas	182.142,62	4.715.120,36	(4.585.019,56)	312.243,42
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	73.369,33	187.384,82	(260.754,15)	-
Provisão para contingências	34.000,00	69.860,00	(60.000,00)	43.860,00
Provisão para perda de outros valores e bens	8.789,17	-	-	8.789,17
Provisão para perda de outros créditos	30.172,61	317,43	(668,72)	29.821,32
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	3.610.021,56	808.909,95	(208.734,30)	4.210.197,21
Provisão para pagamento de devedores diversos	826.821,80	68.326,73	(4.049,06)	891.099,47
Provisão para comissões	1.094.314,74	11.831.812,57	(11.285.926,19)	1.640.201,12
Outros	1.077.555,89	1.499.955,00	(1.908.465,97)	669.044,92
	8.054.024,66	22.828.944,73	(20.731.872,05)	10.151.097,34

	Saldo em 01/01/2015	Constituições	Constituição em 09/2015 - Aumento de 5% Alíquota CSLL S/Saldo Patrimonial	Reversões	Saldo em 31/12/2015
Adições temporárias					
PCLD	2.345.840,71	6.980.749,43	468.681,77	(4.871.590,14)	4.923.681,77
Rendas Diferidas	312.243,42	5.198.254,79	52.854,79	(5.101.057,70)	462.295,30
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	(0,00)	201.840,59	20.137,80	(221.978,39)	(0,00)
Provisão para contingências	43.860,00	36.120,00	1.000,00	(2.380,00)	78.600,00
Provisão para perda de outros valores e bens	8.789,17	-	-	(8.789,17)	-
Provisão para perda de outros créditos	29.821,32	-	-	(29.821,32)	-
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	4.210.197,21	2.464.407,27	-	(646.213,32)	6.028.391,16
Provisão para pagamento de devedores diversos	891.099,47	71.581,44	-	(79.741,53)	882.939,38
Provisão para comissões	1.640.201,12	9.965.563,96	-	(10.070.564,44)	1.535.200,64
Outros	669.044,92	1.486.674,95	-	(1.319.125,41)	836.594,46
	10.151.097,34	26.405.192,43	542.674,36	(22.351.261,42)	14.747.702,71

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano de realização	2015	2014
2015	4.558.584,80	4.129.329,21
2016	3.906.327,78	1.998.604,50
2017	1.820.782,93	1.682.729,22
2018	2.410.129,70	1.191.548,94
2019	1.949.335,81	1.148.396,72
2020	102.541,69	488,75
Acima 5 anos	-	-
Total	14.747.702,71	10.151.097,34

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação (Banco) e taxa média de inflação (Administradora), montam R\$ 4.147.477,29 (R\$ 2.016.468,61 em 2014 à taxa de 11,65% a.a.) e R\$ 8.072.454,77 (R\$ 6.506.794,62 em 31 de dezembro de 2014), com uma taxa média de 14,15% e 5,5% a.a, respectivamente, com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

19 Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 13,03% (12,23% em 31 de dezembro de 2014) sobre o valor da referida contribuição.

20 Outras despesas administrativas

	2015	2014
Comissões sobre vendas	38.030.246,22	39.389.186,73
Serviços de terceiros	5.084.393,92	4.030.364,27
Despesas de promoções e relações públicas	4.724.796,17	6.215.401,42
Despesas de propaganda e publicidade	2.258.454,79	2.424.580,52
Participação dos empregados	2.203.525,80	2.016.402,00
Manutenção e conservação de bens	1.694.682,28	1.912.436,35
Perdas com empréstimos a grupos	2.244.903,39	2.710.629,20
Despesas de processamento de dados	1.456.065,75	1.418.975,51
Despesas de serviços técnicos especializados	1.397.587,94	940.893,12
Despesas de viagem no país	1.441.400,49	1.371.807,58
Outras despesas administrativas	1.467.547,91	1.180.372,89
Despesas de serviços do sistema financeiro	516.886,99	458.422,55
Despesas de comunicação	756.614,54	689.920,55
Despesas de alugueis	438.672,87	426.004,46
Despesas de depreciação e amortização	559.897,94	587.374,53
Despesas de contribuições filantrópicas	390.165,98	280.540,34
Despesas de publicações	59.215,48	76.434,15
Total	64.725.058,46	66.129.746,17

21 Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de equalização de taxa BNDES PSI2012/09	132.063,95	132.294,49
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	886.873,07	880.694,41
Outras receitas operacionais	175.154,57	554.648,92
Reversão de provisões operacionais	612.193,61	787.313,22
Multas e juros recebidos	1.397.207,83	1.122.086,46
Variações monetárias ativas	882.138,92	1.027.129,86
Total de outras receitas operacionais	4.085.631,95	4.504.167,36
Despesas com processos judiciais	(24.292,10)	(10.836,66)
Despesas provisões operacionais	(6.378.485,20)	(2.670.541,30)
Despesa contingências trabalhistas	-	(72.000,00)
Outras despesas eventuais	(105.810,78)	(181.197,94)
Outras despesas operacionais	(3.199,16)	(5.170,00)
Total de outras despesas operacionais	(6.511.787,24)	(2.939.745,90)

22 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

	<u>2015</u>			<u>2014</u>	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Randon S.A. Implementos e Participações					
Depósitos a prazo (Passivo)	(11.113.329,93)	-	-	(25.038.586,88)	-
Despesas com depósitos a prazo – ligadas	-	(504.877,51)	(1.373.240,30)	-	(2.436.858,42)
Dívida Subordinada Fornecedores	(75.530.284,80)	(4.878.738,00)	(8.824.463,40)	(66.705.821,40)	(6.505.736,40)
Despesas Administrativas	(16.228,84)	(1.833.423,50)	(3.678.630,20)	(5.484,70)	-
	-	(1.833.423,50)	(3.678.630,20)	-	(2.961.004,70)
	<u>(86.659.843,57)</u>	<u>(7.217.039,01)</u>	<u>(13.876.333,90)</u>	<u>(91.749.892,98)</u>	<u>(11.903.599,52)</u>

Banco Randon S.A.
*Demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

**Outras empresas do
Grupo Randon**

Bônus por financiamento (Resultado de exercícios futuros) (*)	(1.027.322,88)	-	-	(780.608,56)	-
Receita de bônus por financiamento	-	6.665.591,30	12.320.616,71	-	11.449.941,70
Outros Créditos Fornecedores	602.277,00 (3.073,31)	-	-	752.844,00	
Despesas Administrativas	-	(93.664,26)	(160.758,09)	-	(145.098,29)
	<u>(428.119,19)</u>	<u>6.571.927,04</u>	<u>12.159.858,62</u>	<u>(27.764,56)</u>	<u>11.304.843,41</u>
Total	<u>(87.087.962,76)</u>	<u>(645.111,97)</u>	<u>(1.716.475,28)</u>	<u>(91.777.657,54)</u>	<u>(598.756,11)</u>

(*) Refere-se a bônus pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compro (Floor Plan), CDC e Finame.

As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Os grupos de consórcio possuem adiantamentos a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações (controladora), mencionados nas notas explicativas nº. 8a e 14d, no montante de R\$ 501.129,90 (R\$ 784.137,15 em 2014). A Randon S.A. Implementos e Participações (controladora) possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 20.234.287,09 (R\$ 10.101.193,25 em 2014).

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.806.409,36 (R\$ 1.724.123,08 em 2014), referente à benefícios de curto prazo.

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

23 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras do RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O Plano de pensão RANDONPREV é avaliado anualmente afim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2015 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no período montaram R\$ 23.849,00 (R\$ 22.910,00 em 2014).

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2015 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

O Banco e a Administradora oferecem plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições sejam feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

	2015	2014
Despesa líquida com benefícios (reconhecida no custo de vendas)		
Custo do serviço corrente	17.528,00	11.666,00
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	20.683,00	8.019,00
Receita de juros sobre ativos do plano	(34.743,00)	(13.066,00)
Juros sobre o surávit irrecuperável	<u>12.356,00</u>	<u>3.794,00</u>
Custo do benefício definido no resultado	<u>15.824,00</u>	<u>10.413,00</u>
Rendimento real dos ativos do plano	<u>(46.706,00)</u>	<u>(20.872,00)</u>
 Ativo (passivo) de benefícios		
	2015	2014
Obrigação com benefícios definidos (valor presente das obrigações atuariais)	(188.165,00)	(185.806,00)
Valor justo dos ativos do plano	269.242,00	292.099,00
Ajuste devido (superávit irrecuperável)	<u>(81.077,00)</u>	<u>(104.270,00)</u>
Ativo de benefícios	<u>-</u>	<u>2.023,00</u>

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	2015	2014
Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício de 2013	(153.372,00)	153.372,00
Custo de juros	(18.405,00)	18.405,00
Custo do serviço corrente	(15.482,00)	15.482,00
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	1.453,00	(1.453,00)
	<hr/>	<hr/>
Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício de 2014	(185.806,00)	185.806,00
	<hr/>	<hr/>
Custo de juros	(20.683,00)	-
Custo do serviço corrente	(17.528,00)	-
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	35.852,00	-
	<hr/>	<hr/>
Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício de 2015	(188.165,00)	-
	<hr/>	<hr/>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	205.609,00	205.609,00
Retorno sobre o investimento	63.580,00	63.580,00
Contribuição do empregador	22.910,00	22.910,00
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	292.099,00	292.099,00
	<hr/>	<hr/>
Retorno sobre o investimento	(46.706,00)	-
Contribuição do empregador	23.849,00	-
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	269.242,00	-
	<hr/>	<hr/>

As principais categorias dos ativos do plano são as seguintes:

	2015	2014
Instrumentos financeiros de renda variável	35.539,94	69.753,24
Instrumentos financeiros de renda fixa	207.962,52	219.513,05
Imóveis	2.100,09	2.804,15
Outros	23.639,45	28,56
	<hr/>	<hr/>
	269.242,00	292.099,00
	<hr/>	<hr/>

As empresas do Conglomerado esperam contribuir com R\$ 390.270,00 aos seus planos de previdência com benefício definido em 2016.

As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	2015	2014
Ações no Brasil	64.268,00	73.832,00
Títulos no Brasil	204.974,00	217.637,00
	<u>269.242,00</u>	<u>291.469,00</u>

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	2015	2014
	%	%
Taxa nominal de desconto	12,75	11,85
Taxa nominal de crescimento salarial	7,49	7,83
Taxa nominal de crescimento de benefícios	5,00	5,20
Expectativa de vida (em anos) em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos:		
Homens	24,59	24,59
Mulheres	27,42	27,42

As expectativas estimadas de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

Contribuições esperadas para o próximo exercício

Empresas	29.468,00
Participantes	<u>79.000,00</u>
Total	<u>108.468,00</u>

Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Pagamento de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016	17.255,00
Pagamento de benefícios esperados no exercício a findar-se entre 31-12-2017 a 31-12-2025	<u>185.679,00</u>
Total	<u>202.934,00</u>

Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante

Participantes ativos	183.837,00
Benefício proporcional diferido	4.328,00
Aposentados	<u>-</u>
Total	<u>188.165,00</u>

Banco Randon S.A.
*Demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Informações patrimoniais	
Percentual de Alocação Total em 31 de dezembro de 2015	
Renda Variável	13,20%
Renda Fixa	77,24%
Imóveis	0,78%
Outros	8,78%
	<hr/>
Total	100,00%
	<hr/>
Resultado do exercício	
Custo de serviço corrente	16.239,00
Juros Líquido sobre passivo/(ativo) líquido	(1.878,00)
	<hr/>
Total	14.361,00
	<hr/> <hr/>

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2015:

Patrocinadora	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2015	1% Aumento – Efeito no VPO	1% Redução – Efeito no VPO
Banco Randon S/A	46.593,00	(3.881,97)	4.512,20
Randon Administradora de Consórcios Ltda	141.572,00	(11.795,30)	13.710,25
Total	188.165,00	(15.677,27)	18.222,46

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. Representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 13,75%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 11,75%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

25 Limites operacionais

Acordo da Basiléia

As instituições financeiras devem manter permanentemente capital (Patrimônio de Referência), compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2013.

O requerimento mínimo de PR corresponde atualmente a 11% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). O RWA é calculado considerando no mínimo, a soma das exposições ao risco de crédito (RWACPAD), das exposições ao risco de mercado (RWAMPAD) e do capital requerido para o risco operacional (RWAOPAD).

A partir da data-base de janeiro de 2015, o Banco Randon passou a calcular os limites operacionais para o Conglomerado Prudencial.

O Índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial para 31 de dezembro de 2015 é de 30,29% apurado conforme Circular n.º 3.678/13. Em 31 de dezembro de 2014, o Índice de Basiléia do Banco Randon era de 30,89%.

26 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de Riscos do Banco Randon em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez utilizadas pelo Banco Randon. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de Crédito

O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de Mercado

Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco Randon, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

Risco Operacional

A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco

operacional, a área de Riscos do Banco Randon mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional.

Risco de Liquidez

A Resolução nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de Tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Gerenciamento do Capital

O gerenciamento de Capital conforme Resolução 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como, a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco Randon planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

* * *

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt
Conselheiro: Erino Tonon

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini
Diretor Administrativo: Jaime Marchet
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Contadora

Deise Cristina Misturini
CRC/RS-073569/O-0